

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. de Ferro Ligas da Bahia – FERBASA (Companhia) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pojuca/BA, e está registrada na bolsa de valores de São Paulo (BM&F BOVESPA). Sua controladora é a Fundação José Carvalho. A Companhia iniciou suas atividades em 23 de fevereiro de 1961 e tem por objetivo a fabricação e comercialização dos diversos tipos de ferro ligas; a pesquisa e exploração de jazidas e beneficiamento de minérios para consumo próprio, para industrialização e comercialização; fabricação e comercialização de cal virgem e cal hidratada; a elaboração, execução e administração de projetos de florestamento, reflorestamento, silvicultura e manejo sustentado, incluindo-se planos de proteção ambiental, visando a obtenção de madeiras para uso próprio ou comercialização; a transformação de florestas em carvão vegetal; aproveitamento econômico de resíduos sólidos gerados no processo de fabricação do ferro ligas, incluindo-se a produção e comercialização de brita de escória, para a construção civil e asfalto a frio; estabelecimento e exploração de qualquer indústria que, direta ou indiretamente, se relacione com seu objeto, inclusive, mediante participações em outras Companhias, como acionista ou quotista.

A Companhia possui controladas nas áreas de mineração, ferro ligas de silício, florestamento e reflorestamento, cujas atividades estão arrendadas à Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

A Companhia possui concentração de faturamento nos clientes Aperam Inox 41,77% (2010, 36,8%), Marubeni STD 14,35% (2010, 6,9%) e Gerdau 11,20% (2010, 11,6%) respectivamente do total da receita de vendas de ferro ligas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- ✓ As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado” – BR GAAP e IFRS; e
- ✓ As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Controladora” – BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelo ativo biológico, o qual está mensurado a valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são as seguintes:

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras individual e consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.4 Transações e saldos em moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com a taxa de câmbio vigente na data de cada transação.

No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

2.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: de ativos financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado,

investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda; e passivos financeiros, mensurados a valor justo no resultado e outros passivos financeiros.

2.5.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

No caso da Companhia e suas controladas compreendem:

a) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data do vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais, menos eventual perda por valor recuperável, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, no caso da Companhia e suas controladas, compreendem os saldos em aplicações financeiras de curto prazo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5.

b) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

No caso da Companhia e controladas compreendem:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber de clientes

São demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data das demonstrações financeiras, ajustados por provisão para perda, se necessária.

Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e adiantamentos de contrato de câmbio. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos, quando aplicável.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.6 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- ✓ Matérias-primas: custo de aquisição segundo o custo médio, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis; e valor justo dos ativos biológicos na data do corte, sendo inferior aos valores de realização, líquidos dos custos de venda.
- ✓ Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.
- ✓ Estoques de materiais para manutenção e consumo: custo de aquisição segundo o custo médio, que não excede ao seu custo de reposição, os quais são baixados como custo da produção por ocasião do consumo ou obsolescência.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A Administração espera que os estoques de matérias-primas e produtos acabados sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Os estoques de materiais de manutenção são classificados nos ativos circulante ou não circulante, considerando o histórico do consumo.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

2.7 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor de participação dos acionistas não controladores é calculado e demonstrado separadamente. Ver nota explicativa nº 3.

2.8 Imobilizado

Terrenos estão demonstrados pelo valor justo (na data de transição – 1º de janeiro de 2009), os demais bens do imobilizado são registrados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução do valor recuperável (se aplicável).

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa nº 12.

A exaustão das minas é calculada pela taxa correspondente à relação entre a quantidade de minério exaurido e a reserva lavrável estimada.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta “Outras (despesas) receitas – líquidas”.

Imobilizações em andamento para fins de fornecimento de produtos ou serviços ou administrativos, são registradas ao valor de custo, deduzidas de qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

Os bens do imobilizado, intangível, ativo biológico e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

2.10 Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantios renováveis e que são destinados para produção de carvão vegetal (matéria-prima utilizada na produção de ferro ligas) quando colhidos. O processo de colheita e rebrota ou replantio tem um ciclo aproximado de 6-12 anos. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 13.

A avaliação dos ativos biológicos é feita anualmente pela Companhia, a variação (ganho ou perda) do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, na linha específica de “variação de valor justo dos ativos biológicos”. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do exercício e no final do exercício, menos os custos incorridos no desenvolvimento dos ativos biológicos, as perdas e os ativos biológicos colhidos no exercício.

2.11 Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada no período, apurada de forma linear com base em sua vida útil definida.

As licenças de programas de computador adquiridas são capitalizadas e amortizadas às taxas de 20% a.a. Gastos associados à manutenção de softwares são registrados no resultado do exercício como despesa, a medida que são incorridos.

2.12 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui as seguintes subvenções governamentais:

2.12.1 ICMS - DENSENVOLVE

Em 7 e 8 de outubro de 2006, foi publicada no Diário Oficial do Estado – DOE, a Resolução nº 70/2006, do Conselho Deliberativo do DENSENVOLVE, que retifica e ratifica a Resolução nº 131, de 26/04/2005, que habilitou “*ad referendum*” do Plenário ao estabelecimento-sede localizado em Pojuca, concedendo-lhe os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DENSENVOLVE, com a finalidade de expansão do processo industrial, objetivando o aumento da produção de ferro ligas, nos seguintes termos:

- Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições neste Estado e em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
- Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do DENSENVOLVE;
- Fixar a parcela do saldo devedor mensal do ICMS passível do incentivo, em que exceder a R\$ 1.911, corrigido este valor a cada 12 (doze) meses, pela variação do IGP-M, o qual incidirá taxa de juros de 65% (sessenta e cinco por cento) da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento do DENSENVOLVE. Esta parcela atualizada para 31 de dezembro de 2011 corresponde a R\$ 2.617;
- Concessão do prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da publicação da Resolução concessiva no DOE.

No que tange à dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% (dez por cento) restantes a título de ICMS.

A parcela correspondente ao desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação foi registrada nos resultados dos exercícios de 2011 e de 2010 e está mencionada na nota explicativa nº 22.

2.13 Imposto de renda sobre o lucro da exploração

Em função da modernização de empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, extinta ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste, a Companhia pleiteou o reconhecimento de benefício fiscal de Redução do Imposto de Renda, com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, tendo em vista o término deste incentivo. Em 27 de dezembro de 2006, foi expedido Laudo Constitutivo de nº 301/2006, relativo à concessão de incentivos fiscais, na fabricação de ferro ligas e seus subprodutos, pelo prazo de 10 anos retroativos a 2006.

Posteriormente, em 27 de maio de 2008, foi também expedido Laudo Constitutivo de nº 0072/2008, relativo à concessão de incentivos fiscais, na extração e beneficiamento de minério de cromo e seus subprodutos com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 anos retroativos a 2008.

A Companhia protocolou junto à Secretaria da Receita Federal em 17 de janeiro de 2007, processo nº 13502.00046/2007-02 e em 30 de junho de 2008, processo nº 13502.001113/2008-89, visando os reconhecimentos dos direitos de redução do referido incentivo, concedido pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, para o qual obteve homologação tácita.

Com a promulgação da Lei nº 11.638/07 vigente a partir de 1º de janeiro de 2008 e conforme Instrução CVM nº 469 de 2 de maio de 2008, este incentivo passou a ser reconhecido no resultado do exercício, diretamente na rubrica de despesa com imposto de renda.

Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício será transferida da conta lucro do exercício para reserva de imposto de renda.

2.14 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.14.1 Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício.

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento), e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

2.14.2 Lucro da exploração

Conforme descrito no item 2.13 desta nota explicativa, a Companhia possui incentivos fiscais concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, no que tange a:

- fabricação de ferro ligas e seus subprodutos com redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 anos retroativos a 2006.
- extração e beneficiamento de minério de cromo e seus subprodutos com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 anos retroativos a 2008.

2.14.3 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

Os impostos diferidos passivos foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos (ver notas explicativas nºs 9 e 2 – item 2.2), inclusos no Regime Tributário de Transição (RTT) como: custo atribuído dos ativos imobilizados (terrenos) e mensuração dos ativos biológicos a valor justo e os impostos diferidos ativos sobre as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que seja liquidado/realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.15.1 Provisão para passivo ambiental

Os gastos representativos de fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades estão registrados a valor presente como provisão para passivo ambiental. As obrigações consistem principalmente de custos associados com encerramento de atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo período de vida útil deste.

2.15.2 Provisão para passivos eventuais

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16 Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.17 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver.

2.17.1 Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda dos produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

2.18 Receita/despesa de arrendamento

Os pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa na controladora e como receita nas controladas pelo método linear pelo período de vigência do contrato. Ver notas explicativas nºs 11 e 29.

2.19 Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio, aplicações financeiras, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 24.

2.20 Apresentação das informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo Diretor Presidente.

2.21 Plano de aposentadoria complementar

Plano de contribuição definida, no qual a Companhia paga contribuições em base compulsória, contratual ou voluntária. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são incorridos e são incluídos como benefícios a empregados.

2.22 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.23 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.24 Principais fontes de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração dos ativos biológicos; de provisões para fechamento de minas; e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.25 Lucro por ação

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 – Lucro por ação, o lucro líquido deve ser apresentado como básico e diluído. Ver nota explicativa nº 21.

2.26 Resultados abrangentes

A Companhia não possui resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

2.27 Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

a) As seguintes normas, interpretações e alterações de normas contábeis foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011, entretanto, não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

<u>CPC</u>	<u>Assunto</u>	<u>Deliberação CVM</u>
19 (R1)	Investimento em empreendimentos controlado em conjunto (<i>joint venture</i>)	666/11
20 (R1)	Custos de empréstimos	672/11
21 (R1)	Demonstração intermediária	673/11
35 (R1)	Demonstrações separadas	667/11
<u>IFRS</u>	<u>Assunto</u>	
IAS 24	Divulgação de partes relacionadas	
IAS 32	Instrumentos financeiros	
IFRIC 14 e IAS 19	Pagamentos antecipados de exigência de financiamento mínimo	
Melhoria às IFRS (2010)	Alteração de sete pronunciamentos, inclusive IFRS 3, IAS 27 e IFRIC 13	
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	

b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que passarão a vigorar a partir de 1º janeiro de 2013, e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

<u>IFRS</u>	<u>Assunto</u>
IAS 27	Demonstrações financeiras separadas
IAS 28	Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto
IFRS 9	Instrumentos financeiros
IFRS 10	Demonstrações financeiras consolidadas
IFRS 11	Acordos de empreendimentos em conjunto
IFRS 12	Divulgação de participações em outras entidades
IFRS 13	Mensuração do valor justo

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS, novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários ('CVM') de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board ('IASB'), é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

2.28 Reclassificações

As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2010, controladora e consolidado, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade:

<u>BALANÇO PATRIMONIAL</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Impostos diferidos</u>		<u>Impostos diferidos</u>	
	<u>Ativo não</u>	<u>Passivo não</u>	<u>Ativo não</u>	<u>Passivo não</u>
	<u>circulante</u>	<u>circulante</u>	<u>circulante</u>	<u>circulante</u>
Saldos antes das reclassificações	-	18.707	-	20.262
Transferência	12.675	12.675	12.675	12.675
Saldos após reclassificação	12.675	31.382	12.675	32.937

3. CONTROLADAS DA COMPANHIA

A Companhia possui investimentos nas seguintes empresas controladas, as quais foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

<u>Controlada</u>	<u>País</u>	<u>Percentual de participação</u>	
		<u>Capital total e votante</u>	
		<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Mineração Vale do Jacurici S.A.	Brasil	100	100
Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A.	Brasil	99,96	99,96
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	Brasil	100	100
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. - Silbasa	Brasil	51,26	51,26
Sociedades em conta de participação - Pontes I	Brasil	80,18	80,18

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor de participação dos acionistas não controladores é calculado e demonstrado separadamente. Ver nota explicativa nº 2.

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora e consolidado (BR GAAP)		Controladora e consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos	2.417	2.366	2.566	2.830
Aplicações financeiras				
Aplicações financeiras debêntures (a)	-	788	7.599	788
Fundos de investimento (b)	191.300	225.741	225.245	263.171
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	<u>193.717</u>	<u>228.895</u>	<u>235.410</u>	<u>266.789</u>

- (a) Operações compromissadas em debêntures, com rendimentos em 102,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (2010, 100% do CDI), as quais são lastreadas pelo próprio banco (responsável pela recompra do título); e
- (b) Operações em fundos de investimentos, cujo resgate pode ocorrer em D+1 (um dia após solicitação de resgate). As taxas de remuneração variaram de 100,60% a 109,21% (2010, 97,84% e 111,46%) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora e consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<i>Fundos de investimento</i>		
Banco Votorantim (a) - ativo circulante	109.463	116.785
Banco Itaú (b) - ativo não circulante	628	-
Total	<u>110.091</u>	<u>116.785</u>

- (a) Operações em fundos de investimentos, cujo resgate pode ocorrer em D+90 ou D+120 (noventa e cento e vinte dias após a solicitação de resgate), podendo ser resgatadas antecipadamente sem prejuízo dos rendimentos. As taxas de remuneração são em torno de 109,21% (2010, 105,49%) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI; e
- (b) Trata-se de aplicação financeira vinculada a uma carta fiança emitida para NC Energia, a qual estará restrita até o vencimento da fiança em 30 de dezembro de 2014. As taxas de remuneração são em torno de 102,81% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora e consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Mercado interno	73.610	95.037
Mercado externo	13.097	16.441
Total	<u>86.707</u>	<u>111.478</u>

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

As contas a receber de mercado externo são em Dólar Americano, as quais são convertidas para Reais na data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

6.1 Concentração de clientes

A Companhia possui concentração de faturamento no cliente Aperam Inox (mercado interno). Os clientes cujos saldos de contas a receber em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 apresentaram valores superiores a 5% são:

<u>Cliente</u>	<u>Representatividade</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Mercado interno</u>		
Aperam Inox	44,26%	55,91%
Villares Metals	8,43%	3,59%
Arcelor Mittal Brasil	6,03%	4,11%
Magoteaux Brasil Ltda	5,21%	2,42%
<u>Mercado externo</u>		
Marubeni Uruguai	8,09%	3,61%

6.2 Giro do contas a receber

O período médio no crédito de venda de produtos é de 45 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber com vencimento até 30 dias.

O saldo do contas a receber de clientes possui saldos vencidos para os quais a Companhia não constituiu uma provisão para crédito de liquidação duvidosa, uma vez que não houve mudança na qualidade dos créditos e estes são considerados como recuperáveis.

Abaixo demonstramos o contas a receber por idade de vencimento:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer	85.765	110.773
Vencidas de 0-30 dias	518	87
Vencidas de 31-60 dias	116	534
Vencidas há mais de 60 dias	308	84
Total	<u>86.707</u>	<u>111.478</u>

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

7. ESTOQUES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<u>Circulante</u>				
Produtos acabados	85.335	77.587	85.335	77.587
Matérias-primas	67.730	78.677	67.784	78.731
Minérios de cromo	30.557	12.886	30.557	12.886
Materiais para manutenção e consumo	30.523	24.486	30.558	24.521
Outros	1.623	1.135	1.623	1.135
Subtotal	<u>215.768</u>	<u>194.771</u>	<u>215.857</u>	<u>194.860</u>
<u>Não circulante</u>				
Materiais para manutenção e consumo	15.200	12.823	15.200	12.823
(-) Provisão para giro lento	(7.332)	(5.471)	(7.332)	(5.471)
Subtotal	<u>7.868</u>	<u>7.352</u>	<u>7.868</u>	<u>7.352</u>
Total dos estoques	<u><u>223.636</u></u>	<u><u>202.123</u></u>	<u><u>223.725</u></u>	<u><u>202.212</u></u>

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização. Os estoques de materiais de manutenção e consumo são classificados no ativo circulante ou no não circulante, considerando o histórico do consumo.

A Companhia mantém provisão relacionada aos itens sem rotatividade há mais de 12 meses e outras provisões para perdas em estoques, cuja movimentação está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	(5.471)	(7.506)
Adições	(1.861)	(155)
Reversões	-	2.190
Saldo no fim do exercício	<u><u>(7.332)</u></u>	<u><u>(5.471)</u></u>

O custo dos produtos vendidos reconhecido como despesa inclui:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Custo de venda de produtos	(518.486)	(502.668)	(519.775)	(503.964)
Encargos adicionais - CHESF	-	(9.014)	-	(9.014)
Exaustão do ativo biológico - (parcela do <i>fair value</i>)	(8.147)	(3.273)	(5.799)	(3.273)
Reversão (provisão) para perdas em estoques	(1.861)	2.035	(1.861)	2.035
Capacidade ociosa	(588)	(276)	(588)	(276)
Mudança de estimativa - vida útil imobilizado	1.225	6.123	1.225	6.123
Realização do reinvestimento	436	1.963	436	1.963
Crédito tributário (*)	5.658	-	5.658	-
Outros	(20)	6.439	(20)	8.820
Total	<u><u>(521.783)</u></u>	<u><u>(498.671)</u></u>	<u><u>(520.724)</u></u>	<u><u>(497.586)</u></u>

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

(*) Trata-se de créditos fiscais extemporâneos de IPI, PIS e COFINS relativos às aquisições de combustíveis, lubrificantes e materiais de manutenção de máquinas e equipamentos, no período compreendido entre abril/2006 e setembro/2011.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<u>Circulante</u>				
Imposto de renda a recuperar	8.601	3.283	8.949	3.573
Contribuição social a recuperar	2.067	98	2.221	106
COFINS a recuperar	1.641	279	1.674	312
Outros	821	790	896	809
Subtotal	13.130	4.450	13.740	4.800
<u>Não circulante</u>				
ICMS a recuperar sobre o ativo imobilizado	5.428	4.150	5.534	4.304
PIS a recuperar	-	-	1.034	1.682
COFINS a recuperar (*)	-	-	1.887	1.830
Outros	-	-	372	996
Subtotal	5.428	4.150	8.827	8.812
Total	18.558	8.600	22.567	13.612

(*) *COFINS - Leis n.^{os} 7787/89, 7894/89 e 8147/90*

A Companhia impetrou Mandado de Segurança para que seja reconhecido o direito de proceder à compensação das parcelas pagas a maior a título de FINSOCIAL com parcelas vencidas ou vincendas da COFINS (inconstitucionalidade das Leis n.^{os} 7787/89, 7894/89 e 8147/90, que majoraram a alíquota do FINSOCIAL).

A Companhia obteve o trânsito em julgado quanto aos créditos provenientes desta ação. Em 26 de outubro de 2006, a Secretaria da Receita Federal do Brasil deferiu o pedido de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, processo administrativo nº 13502.000490/2006-39. Atualmente a Companhia vem compensando o crédito com a COFINS a pagar.

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisão para contingências	14.540	13.818	14.540	13.818
Provisão para perda nos estoques	7.332	5.471	7.332	5.471
Provisão para participação nos lucros	8.074	11.292	8.074	11.292
Provisão para participação nos lucros administradores (*)	4.677	4.139	4.677	4.139
Provisão para passivo ambiental	4.548	2.904	4.548	2.904
Outras provisões temporárias	3.283	2.699	3.283	2.699
Total base de cálculo	42.454	40.323	42.454	40.323
IRPJ diferido à alíquota de 25%	9.445	9.046	9.445	9.046
CSLL diferida à alíquota de 9%	3.821	3.629	3.821	3.629
<u>Ativo não circulante</u>	13.266	12.675	13.266	12.675

(*) Base para CSLL diferida, no caso do IRPJ trata-se de diferença permanente.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Adoção CPC - custo atribuído - terrenos	58.810	58.810	63.385	63.385
Adoção CPC - ativos biológicos	34.960	33.492	34.960	33.492
Total base de cálculo	93.770	92.302	98.345	96.877
IRPJ diferido à alíquota de 25%	23.442	23.076	24.585	24.219
CSLL diferida à alíquota de 9%	8.439	8.306	8.851	8.718
<u>Passivo não circulante</u>	31.881	31.382	33.436	32.937
Efeito no resultado do exercício	92	2.459	92	2.316

A Administração, com base em análise individual das provisões, estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

Ano calendário	Controladora		Consolidado	
	IRPJ/CSLL - Diferido		IRPJ/CSLL - Diferido	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2012	3.166	-	3.166	-
2016 em diante	10.100	31.881	10.100	33.436
	13.266	31.881	13.266	33.436
Saldo líquido	18.615		20.170	

A projeção de realização do saldo está sujeita a não se concretizar caso as estimativas e incertezas utilizadas em sua elaboração na preparação das referidas demonstrações financeiras sejam divergentes quando sua efetiva realização.

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	107.227	109.037	160.161	161.794
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(36.457)	(37.073)	(54.455)	(55.010)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado do exercício:				
Resultado de equivalência patrimonial	1.084	-	1.021	-
Juros sobre o capital próprio	7.399	7.399	7.470	7.470
Outros	2.567	2.718	347	531
Incentivo fiscal (SUDENE)	8.799	8.799	19.185	19.185
Total	<u>(16.608)</u>	<u>(18.157)</u>	<u>(26.432)</u>	<u>(27.824)</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Incentivo fiscal (SUDENE)	8.799	8.799	19.185	19.185
Corrente	(25.499)	(27.048)	(48.076)	(49.325)
Diferido	92	92	2.459	2.316
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(16.608)</u>	<u>(18.157)</u>	<u>(26.432)</u>	<u>(27.824)</u>
Composição do imposto corrente, líquido do incentivo fiscal				
IRPJ	(10.001)	(11.122)	(15.918)	(16.853)
CSLL	(6.699)	(7.127)	(12.973)	(13.287)
Total	<u>(16.700)</u>	<u>(18.249)</u>	<u>(28.891)</u>	<u>(30.140)</u>

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, com a promulgação da Lei nº 11.638/07 e conforme Instrução CVM nº 469/08, a parcela correspondente ao incentivo de isenção/redução do imposto de renda passou a ser reconhecida no resultado. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente a este incentivo é transferida para a respectiva conta de reserva de lucros (incentivo fiscal) no patrimônio líquido e não poderá ser distribuída aos acionistas, na forma de distribuição de resultado.

Em 2011 foram transferidos para o patrimônio líquido:

- R\$ 8.799 - incentivo SUDENE 2011;
- R\$ 436 - reinvestimento, conforme mencionado na nota explicativa nº 17 item (a);
- R\$ 197 – complemento de incentivo SUDENE 2010.

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Refere-se a depósitos sobre processos fiscais, trabalhistas e questionamentos quanto à legalidade e constitucionalidade de determinados tributos. Os valores estão demonstrados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Depósitos trabalhistas	1.007	793	1.007	793
Contribuição social (*)	-	2.290	87	2.377
Outros	1.428	1.428	1.471	1.471
Total	2.435	4.511	2.565	4.641

(*) Ver nota explicativa nº 17, item (b).

11. INVESTIMENTOS

<u>Controladas no Brasil</u>	Atividade	Situação	Ações ou quotas detidas (em milhares)		Participação e capital votante em 31/12/2011 e 31/12/2010
			Ordinárias	Preferenciais	%
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. - Silbasa	Metalurgia	Arrendada	4.172	-	51,26
Mineração Vale do Jacurici S.A.	Mineração	Arrendada	8.439	8.437	100,00
Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A.	Reflorestamento	Arrendada	2.597	-	99,96
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	Mineração	Arrendada	1.857	-	100,00
<u>Sociedade por conta de participação</u>					
Projeto Pontes I	Reflorestamento	Inativa			

A movimentação dos investimentos em controladas e sociedade por conta de participação apresentada nas demonstrações financeiras individuais é como segue:

	Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. - Silbasa	Mineração Vale do Jacurici S.A.	Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A.	Indústria de Minérios Damacal Ltda.	Projeto Pontes I	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2010	3.526	35.185	2.588	1.512	10	42.821
Dividendos	(65)	(539)				(604)
Equivalência patrimonial	318	2.268	360	56	-	3.002
Saldos em 31 de dezembro de 2010	3.779	36.914	2.948	1.568	10	45.219
Dividendos	(86)	(625)	-			(711)
Equivalência patrimonial	363	2.630	128	66	-	3.187
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.056	38.919	3.076	1.634	10	47.695

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

31 de dezembro de 2010	Participação	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido (PL) ajustado	Participação da Companhia no PL das investidas	Receitas	Despesas	Lucro líquido ajustado	Participação da Companhia no resultado das investidas (equivalência patrimonial)
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. - Silbasa	51,26%	7.516	147	7.369	3.777	1.110	(490)	620	318
Mineração Vale do Jacurici S.A.	100%	38.876	1.963	36.913	36.913	3.267	(999)	2.268	2.268
Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A.	99,96%	2.956	4	2.952	2.951	360	-	360	360
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	100%	1.822	254	1.568	1.568	103	(47)	56	56
Projeto Pontes I	80,18%	21	9	12	10	-	-	-	-
Totais		51.191	2.377	48.814	45.219	4.840	(1.536)	3.304	3.002
31 de dezembro de 2011									
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. - Silbasa	51,26%	8.114	202	7.912	4.056	1.301	(593)	708	363
Mineração Vale do Jacurici S.A.	100%	41.046	2.127	38.919	38.919	4.153	(1.523)	2.630	2.630
Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A.	99,96%	3.081	5	3.076	3.076	247	(119)	128	128
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	100%	1.888	254	1.634	1.634	126	(60)	66	66
Projeto Pontes I	80,18%	21	9	12	10	-	-	-	-
Totais		54.150	2.597	51.553	47.695	5.827	(2.295)	3.532	3.187

A seguir breve comentário sobre as controladas no que se refere a objeto social e situação de arrendamento com a Companhia:

- Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. – (“Silbasa”)

A Silbasa é uma empresa de capital fechado, localizada em Pojuca/BA, cujo objeto é a comercialização de ligas de ferro silício de alta pureza e similares, outras atividades afins e correlatas que sejam consideradas de interesse da Companhia, por decisão da Assembléia Geral. Seu prazo de duração é indeterminado. Desde janeiro de 2004 arrendou suas instalações industriais à Companhia, cujo contrato de arrendamento é renovado anualmente.

- Mineração Vale do Jacurici S.A. (“Jacurici”)

A Jacurici é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a pesquisa e lavra de substâncias minerais, preferencialmente de cromo; beneficiamento, comercialização e exportação de minérios, notadamente o cromo; outras quaisquer atividades afins ou correlatas com os seus objetivos essenciais, e que, a juízo de sua diretoria executiva sejam consideradas de interesse da mesma. Desde novembro de 1997, arrendou por prazo indeterminado à Companhia, seu grupamento mineiro, dando o direito de exploração econômica de 15 minas de cromo, bem como, de utilização das instalações, edificações, imóveis, engenhos, máquinas e veículos destinados à lavra.

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

- Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A. (“Reflora”)

Tem por objetivo a elaboração e/ou execução de projetos de florestamento e/ou reflorestamento, bem como, a produção de carvão vegetal, em conformidade com a legislação brasileira que regula a espécie. Desde novembro de 1997, as atividades da Reflora encontram-se arrendadas à Companhia por prazo indeterminado.

- Indústria de Minérios Damacal Ltda. (“Damacal”)

Tem como objeto social o aproveitamento e exploração de jazidas minerais em todo o território nacional, beneficiamento, industrialização e comercialização de minérios, inclusive importação e exportação, comercialização e representação de minérios, bem como, a participação em outras Companhias como quotista ou acionista. A Companhia poderá ainda dedicar-se a atividades de reflorestamento, silvicultura e fabricação de carvão vegetal, para consumo próprio ou comercialização, obedecidas as disposições legais pertinentes. Desde novembro de 1997, as atividades da Damacal encontram-se arrendadas à Companhia por prazo indeterminado.

12. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Terrenos		94.351	89.778	99.672	95.099
Edificações	4,0%	27.115	23.664	28.801	25.520
Máquinas e equipamentos	7,1%	134.001	125.359	134.331	125.594
Veículos e tratores	14,4%	12.656	8.971	12.694	9.032
Móveis e utensílios	10,0%	2.701	2.335	2.701	2.336
Informática	20,0%	1.217	998	1.226	998
Jazidas	(a)	25.623	14.834	25.623	14.834
Provisão para fechamento das minas	(b)	7.084	8.012	7.084	8.012
Peças	9,7%	1.053	1.266	1.053	1.266
Imobilizações em andamento e outras		114.050	62.609	114.815	63.224
Total		419.851	337.826	428.000	345.915

(a) Ver item 12.3.

(b) Ver nota explicativa nº 18.

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

Controladora (BR GAAP)										
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Jazidas	Fechamento das minas	Partes e peças	Imobilizações em andamento e outros
Custo										
Saldo em 1º de janeiro de 2010	89.071	42.502	225.421	40.169	4.441	4.302	18.553	8.788	1.479	47.899
Adições	270	-	6.262	3.620	700	271	6.488	-	-	33.038
Baixas	(6)	(38)	(135)	(654)	-	(6)	-	-	-	(839)
Transferências	443	2.938	14.647	158	-	12	130	-	-	(18.328)
Reinvestimento (a)	-	-	(4.796)	-	-	-	-	-	-	(4.796)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	89.778	45.402	241.399	43.293	5.141	4.579	25.171	8.788	1.479	62.609
Adições	4.258	-	17.122	4.186	788	707	13.362	148	-	64.104
Baixas	(63)	-	(31)	(69)	(1)	-	-	-	-	(164)
Transferências	378	4.994	5.510	1.633	-	-	148	-	-	(12.663)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	94.351	50.396	264.000	49.043	5.928	5.286	38.681	8.936	1.479	114.050
Depreciação e exaustão acumuladas										
Saldo em 1º de janeiro de 2010	-	(20.328)	(104.780)	(33.215)	(2.457)	(2.985)	(6.992)	(367)	-	(171.124)
Despesa de depreciação	-	(1.537)	(13.196)	(1.710)	(349)	(603)	(3.345)	(409)	(213)	(21.362)
Baixas	-	12	88	603	-	7	-	-	-	710
Transferências	-	115	(115)	-	-	-	-	-	-	-
Amortização Reinvestimento	-	-	1.963	-	-	-	-	-	-	1.963
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(21.738)	(116.040)	(34.322)	(2.806)	(3.581)	(10.337)	(776)	(213)	(189.813)
Despesa de depreciação	-	(1.543)	(14.418)	(2.134)	(422)	(488)	(2.721)	(1.076)	(213)	(23.015)
Baixas	-	-	24	69	1	-	-	-	-	94
Amortização Reinvestimento	-	-	435	-	-	-	-	-	-	435
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	(23.281)	(129.999)	(36.387)	(3.227)	(4.069)	(13.058)	(1.852)	(426)	(212.299)
Saldos líquidos em:										
1º de janeiro de 2010	89.071	22.174	120.641	6.954	1.984	1.317	11.561	8.421	1.479	47.899
31 de dezembro de 2010	89.778	23.664	125.359	8.971	2.335	998	14.834	8.012	1.266	62.609
31 de dezembro de 2011	94.351	27.115	134.001	12.656	2.701	1.217	25.623	7.084	1.053	114.050

Consolidado (BR GAAP e IFRS)										
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Jazidas	Provisão para fechamento das minas	Parte e peças	Imobilizações em andamento e outros
Custo										
Saldo em 1º de janeiro de 2010	94.392	46.850	231.853	49.465	4.505	4.510	18.555	8.788	1.479	48.674
Adições	270	-	6.262	3.620	700	271	6.488	-	-	33.089
Baixas	(6)	(38)	(348)	(723)	-	(6)	-	-	-	(1.121)
Transferências	443	2.938	14.860	158	-	12	128	-	-	(18.539)
Reinvestimento (a)	-	-	(4.796)	-	-	-	-	-	-	(4.796)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	95.099	49.750	247.831	52.520	5.205	4.787	25.171	8.788	1.479	63.224
Adições	4.258	-	17.259	4.186	788	718	13.362	148	-	64.254
Baixas	(63)	-	(31)	(69)	(1)	-	-	-	-	(164)
Transferências	378	4.994	5.510	1.633	-	-	148	-	-	(12.663)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	99.672	54.744	270.569	58.270	5.992	5.505	38.681	8.936	1.479	114.815
Depreciação e exaustão acumuladas										
Saldo em 1º de janeiro de 2010	-	(22.649)	(111.173)	(42.426)	(2.520)	(3.193)	(6.994)	(367)	-	(189.322)
Despesa de depreciação	-	(1.708)	(13.213)	(1.734)	(349)	(603)	(3.343)	(409)	(213)	(21.572)
Baixas	-	12	301	672	-	7	-	-	-	992
Transferências	-	115	(115)	-	-	-	-	-	-	-
Amortização Reinvestimento	-	-	1.963	-	-	-	-	-	-	1.963
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(24.230)	(122.237)	(43.488)	(2.869)	(3.789)	(10.337)	(776)	(213)	(207.939)
Despesa de depreciação	-	(1.713)	(14.460)	(2.157)	(423)	(490)	(2.721)	(1.076)	(213)	(23.253)
Baixas	-	-	24	69	1	-	-	-	-	94
Amortização Reinvestimento	-	-	435	-	-	-	-	-	-	435
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	(25.943)	(136.238)	(45.576)	(3.291)	(4.279)	(13.058)	(1.852)	(426)	(230.663)
Saldos líquidos em:										
1º de janeiro de 2010	94.392	24.201	120.680	7.039	1.985	1.317	11.561	8.421	1.479	48.674
31 de dezembro de 2010	95.099	25.520	125.594	9.032	2.336	998	14.834	8.012	1.266	63.224
31 de dezembro de 2011	99.672	28.801	134.331	12.694	2.701	1.226	25.623	7.084	1.053	114.815

(a) Ver nota explicativa nº 17.

12.1 Depreciação

A depreciação do exercício foi substancialmente apropriada ao custo de produção.

12.2 Terrenos

Referem-se principalmente a terras destinadas às atividades de plantio de florestas, conforme mencionado na nota explicativa nº 13.

A Companhia e sua controlada Damacal possuem ações nas quais figuram como autoras, solicitando reintegração ou manutenção de posse em área equivalente a 6.387 hectares, a qual encontra-se registrada no ativo imobilizado. Terceiros estão questionando a posse de tais terras e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos de que as expectativas de manutenção da posse são prováveis, a Companhia e controlada não registraram perda relacionada a este ativo.

A Companhia possui ainda 6 ações de desapropriação de terras movidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, cujas quantidades de hectares de 3 fazendas estão em fase de levantamento/vistoria. Para outras 3 áreas, houve levantamento de 4.153 hectares. Em caso de desapropriação destas terras, as mesmas serão indenizadas em TDAS`s (Títulos da Dívida Agrária).

12.3 Jazidas

Os gastos representativos de fechamento das minas decorrentes da finalização das atividades estão registrados como obrigações com desmobilização de ativos. As obrigações consistem principalmente de custos associados com encerramento de atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo período de vida útil do ativo. O ativo é realizado proporcionalmente à exaustão de minérios das minas. Ver nota explicativa nº 18.

A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério exaurido proporcionalmente à reserva lavrável estimada.

12.4 Imobilizações em andamento

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de imobilizações em andamento referem-se a projetos nas áreas de mineração e metalurgia, principalmente sistema de despoeiramento dos fornos, tratamento de efluentes, dentre outros.

12.5 Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2011, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração. Ver nota explicativa nº 2.

12.6 Bens dados em garantia

A Companhia possuía máquinas, equipamentos e veículos dados em garantia de processos, os quais totalizam R\$ 1.784 (2010, R\$ 2.367), líquidos de depreciação.

13. ATIVO BIOLÓGICO

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e pelo diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, da seguinte forma:

	Controladora (BR GAAP) e consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010
Custo de formação dos ativos biológicos	105.304	90.029
Ajuste a valor justo dos ativos biológicos	34.960	33.492
Total	140.264	123.521

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de eucalipto para transformação em carvão, o qual é utilizado no processo produtivo das ligas de ferro cromo e silício, a Companhia possui a área total de 62.079 hectares^(*) (2010, 54.172 hectares) sendo que 19.766 hectares^(*) (2010, 19.624 hectares) estavam plantados com florestas de eucaliptos, considerando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento a legislação ambiental brasileira.

^(*) Informações não auditadas.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo considerando as seguintes premissas em sua apuração:

(i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde ao valor descontado da projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

(ii) A taxa de desconto 8,13% a.a. (2010, 8,85% a.a.) utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital (WACC- *Weighted Average Cost of Capital*) da Companhia, o qual é revisado anualmente pela Administração;

(iii) O volume de "madeira em pé" de eucalipto a ser colhido foi determinado com base na produtividade média de cada unidade florestal (fazendas plantadas em um mesmo ano) no ano de sua colheita. A produtividade de cada unidade varia em função do material genético, das condições edafo-climáticas (clima e solo) e dos tratamentos silviculturais. A produtividade nas unidades é estimada por um inventário anual (Inventário florestal contínuo) que permite conhecer o volume de madeira em pé, bem

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

como basear a construção de modelos para estimar a produtividade na idade de corte, que atualmente é de 6 anos;

(iv) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico, são obtidos através de pesquisas de preço de mercado e de transações de venda ocorridas na região onde a Companhia possui florestas. Os preços obtidos são convertidos para estéreis e ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratar-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;

(v) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação e manutenção dos ativos biológicos;

(vi) A Companhia definiu por efetuar o cálculo do valor justo de seus ativos biológicos trimestralmente, sob o entendimento de que este intervalo é suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

b) Reconciliação das variações de valor justo

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (BRGAAP e IFRS)
Saldo em 1º de janeiro de 2010	101.822
Gastos com novos plantios e manutenção	16.072
Corte (exaustão)	(12.693)
Variação do valor justo por:	
Preço	15.980
Volume	2.340
Saldo em 31 de dezembro de 2010	123.521
Gastos com novos plantios e manutenção	21.991
Corte (exaustão)	(18.888)
Variação do valor justo por:	
Preço	10.537
Volume	3.103
Saldo em 31 de dezembro de 2011	140.264

A exaustão dos ativos biológicos do exercício foi substancialmente apropriada ao custo de produção da lenha, e na cadeia produtiva do carvão que é insumo para a produção das ferro ligas.

Durante o exercício de 2011, dentre fatores que levaram a um acréscimo no saldo dos ativos biológicos destacam-se o aumento no preço e revisão da taxa de desconto.

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

14. FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Energia	13.998	12.418	13.998	12.418
Matérias-primas e insumos	14.830	13.808	14.830	13.808
Outros fornecedores	4.611	14.561	4.590	14.540
Total	<u>33.439</u>	<u>40.787</u>	<u>33.418</u>	<u>40.766</u>

15. ADIANTAMENTOS DE CONTRATOS DE CâMBIO E DE EXPORTAÇÃO

<u>Instituição Financeira</u>	<u>Tipo</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	Controladora (BR GAAP) e consolidado (BR GAAP e IFRS)
					<u>31/12/2011</u>
Banco Bradesco	ACC	US\$	2,30% a.a.	24/03/2012	5.640
Banco Itaú	ACC	US\$	2,99% a.a.	17/03/2012	2.733
Banco do Brasil	ACC	US\$	2,00% a.a.	19/03/2012	5.533
Total					<u>13.906</u>

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários e encargos	5.310	5.965	5.310	5.979
Provisões trabalhistas e encargos	12.676	9.639	12.676	9.639
Participações no lucro	12.751	15.431	12.751	15.431
Total	<u>30.737</u>	<u>31.035</u>	<u>30.737</u>	<u>31.049</u>

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<u>Circulante</u>				
Imposto de renda pessoa jurídica	-	2.301	103	2.301
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	1.645	44	1.645
IPi	948	1.362	948	1.362
ICMS	1.635	2.818	1.635	2.818
IRRF a recolher	1.028	800	1.028	800
Outros	850	753	865	908
	<u>4.461</u>	<u>9.679</u>	<u>4.623</u>	<u>9.834</u>
<u>Não circulante</u>				
Imposto de renda pessoa jurídica (a)	1.163	-	1.163	-
Contribuição social sobre o lucro líquido (b)	-	2.290	-	2.377
PIS e COFINS	3.460	-	3.547	-
	<u>4.623</u>	<u>2.290</u>	<u>4.710</u>	<u>2.377</u>
Total	<u>9.084</u>	<u>11.969</u>	<u>9.333</u>	<u>12.211</u>

(a) Imposto de renda / depósito para reinvestimento

Estão registrados na rubrica de imposto de renda os valores a título de Incentivo Fiscal de reinvestimento de 30% (trinta por cento) do imposto de renda devido nos anos calendários 2007 e 2008, em contrapartida dos depósitos efetuados no Banco do Nordeste do Brasil – BNB, atendendo ao que dispõe o Artigo 19º da Lei nº 8.167/91 ou Artigo 4º da Lei nº 8.191/91, com as alterações introduzidas pelo Artigo 2º da Lei nº 9.532/97, devidamente regulamentado pelo Artigo 27º da Portaria nº 855/94, da SUDENE, pelo Decreto nº 4.213/02, e pelos Artigos 1º ao 3º da Medida Provisória nº 2.199/01.

Em junho de 2010, houve a aprovação de projetos dos anos calendários 2007/2008 no valor de R\$ 4.796 que foram capitalizados no ativo imobilizado. Por se tratar de uma subvenção governamental cuja principal condição consistia na compra, construção ou aquisição de ativos não circulantes pela Companhia, este valor foi reconhecido como uma receita diferida registrada na rubrica de máquinas e equipamentos no ativo imobilizado e está sendo transferida para o resultado em base sistemática e racional durante a vida útil dos correspondentes ativos adquiridos. A amortização desta subvenção no período totalizou R\$ 435 (2010, R\$ 1.963), cuja contrapartida do imobilizado foi o custo dos produtos vendidos.

(b) CSLL – Exportações – EC nº 33/2001

A Companhia impetrou Mandado de Segurança pleiteando o reconhecimento do direito líquido e certo de não incluir na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as receitas oriundas de exportação, a partir de 31 de dezembro de 2001, inclusive, conforme determinado pela Emenda Constitucional nº 33, declarando por conseguinte, serem compensáveis os valores indevidamente recolhidos a maior com a própria CSLL e outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, aplicando-se a Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

Em 12 de agosto de 2010, o Plenário do STF através do recurso extraordinário, RE nº 564.413/SC, com repercussão geral reconhecida, negando provimento e firmando o entendimento de que a imunidade prevista na EC 33/2001 não é extensiva à CSLL.

A Procuradoria da Fazenda Nacional vem atuando para agilizar o desfecho dos processos que tratam de tal matéria, especialmente aqueles com decisões suspendendo a exigibilidade de créditos tributários. Neste sentido, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador/BA enviou correspondência à Companhia orientando a regularização espontânea de valores devidos a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as receitas de exportações.

Tendo em vista que os valores, embora questionados judicialmente, foram recolhidos pela Companhia diretamente à Receita Federal através de DARF's, o julgamento em questão não trará nenhum encargo financeiro.

18. PROVISÃO PARA PASSIVO AMBIENTAL

Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais são debitados ao custo de produção ou capitalizados quando incorridos. A Companhia gerencia suas relações com o meio ambiente, tendo como premissas o pleno atendimento da legislação aplicável e as diretrizes e normas internas estabelecidas por seu sistema de gestão ambiental. Desenvolve programas contínuos que têm por objetivo minimizar o impacto ambiental de suas operações industriais e de mineração, bem como reduzir os custos futuros decorrentes do término das atividades de sua lavra.

A Administração da Companhia constituiu no exercício de 2010 e 2011 estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de suas minas, considerando as seguintes premissas:

- (a) Foram considerados os gastos futuros com remoção de material no subsolo, demolição de construções, carregamento e transporte dos resíduos e recuperação ambiental;
- (b) Não incorrerão na maioria destes custos por vários anos, o que requer estimativas para longo prazo e por isso, as estimativas de custos com abandono continuarão a ser revistas anualmente, com a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados;
- (c) As leis e regulamentações de encerramento e restauração poderão mudar no futuro ou circunstâncias que afetam as operações poderão mudar, e, em qualquer hipótese, poderão ter desvios dos planos atuais de lavra; e,
- (d) O cálculo do valor de mercado da obrigação para desmobilização de ativos requer que a Companhia assuma premissas para projetar os fluxos de caixa, assim como estimativas de taxas de inflação, para determinar a taxa de juros de crédito livre de risco e determinar prêmios sobre riscos de mercado aplicáveis às operações. A taxa de desconto utilizada pela Companhia foi de 11,03% a.a.;

No exercício de 2011, a Companhia procedeu a revisão das estimativas e atualizou os saldos passivos com base na variação do IGP-M acumulada nos últimos 12 meses.

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

A seguir demonstramos a movimentação da provisão:

	<u>Controladora (BR GAAP) e consolidado (BR GAAP e IFRS)</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2010	9.805
Atualização	1.135
Saldo em 31 de dezembro de 2010	10.940
Adição	149
Baixa	(162)
Atualização	567
Saldo em 31 de dezembro de 2011	11.494

19. PROVISÃO PARA PASSIVOS EVENTUAIS

A Administração da Companhia e de suas controladas, com seus assessores jurídicos, classificaram os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Classificação dos processos, valores em 31/12/2011 (controladora e consolidado)			
	<u>Remota</u>	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>Total</u>
Administrativas e fiscais	82.237	82.826	10.634	175.697
Trabalhistas	4.159	7.507	2.807	14.473
Cíveis e penais	3	2.943	1.099	4.045
Total	86.399	93.276	14.540	194.215

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Controladora (BR GAAP) e consolidado (BR GAAP e IFRS)</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Administrativas e fiscais	10.634	9.967
Trabalhistas	2.807	2.676
Cíveis	1.099	1.175
Total	14.540	13.818

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação das provisões:**Controladora e consolidado**

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Administrativas e fiscais</u>	<u>Cíveis e penais</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.676	9.967	1.175	13.818
Novos processos/complementos	312	667	-	979
Reversões	-	-	(76)	(76)
Baixa por pagamento	(181)	-	-	(181)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>2.807</u>	<u>10.634</u>	<u>1.099</u>	<u>14.540</u>

19.1 Perdas prováveis**Administrativas e fiscais**

- **Tributos Federais – PIS/COFINS**

A Companhia responde administrativamente a autos de infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal de Camaçari relativos a questionamentos sobre as declarações de PIS e COFINS dos anos base 1998 e 2000. A administração, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, constituiu provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante de R\$ 578, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, controladora e consolidado conforme demonstramos a seguir:

<u>Tributos</u>	<u>Processo</u>	<u>Valor atualizado do auto</u>	<u>Valor da provisão</u>
COFINS	1350.1000.294/2003-21	1.911	511
PIS	1350.1000.293/2003-87	248	67
Total		<u>2.159</u>	<u>578</u>

- **Auto de infração do IBAMA (nº 548374)**

A Companhia possui auto de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no montante atualizado de R\$ 925, para o qual possui provisão constituída de R\$ 817. Esse auto de infração está sendo defendido administrativamente e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a administração mantém registrada a provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no referido montante.

- **Auto de infração ICMS – Produtos Intermediários**

A Companhia possui autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia no montante de R\$ 2.578 (31 de dezembro de 2010, R\$ 2.466), oriundos da utilização de créditos de ICMS de produtos intermediários. Esses autos de infração estão sendo defendidos judicialmente e, embora sejam considerados como de perda possível, baseada na

opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu provisão de parte do auto no valor de R\$ 348.

- Multas e autos de infração

A Companhia possui multas e autos de infração de diversas naturezas no montante de R\$ 19.598 (2010, R\$ 6.149). A administração, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, constituiu provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante de R\$ 8.891 (31 de dezembro de 2010, R\$ 8.824).

Cíveis e penal

- Processo penal (nº 1629113-8) movido pelo Ministério Público

A Companhia possui ação penal movida pelo Ministério Público da Bahia face a suposto dano ambiental no montante atualizado de R\$ 576. Essa ação está sendo defendida judicialmente convergindo para uma possível assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração mantém registrada a provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante de R\$ 250 em 31 de dezembro de 2011 (2010, R\$ 500).

- Cíveis

A Companhia e suas controladas possuem diversos processos cíveis relativos a indenização por reparação de danos e perdas materiais no montante de R\$ 3.220. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração mantém registrada a provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante estimado de R\$ 849 controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2011, (2010, R\$ 675, controladora e consolidado).

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas possuem diversos processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários ou por responsabilidade subsidiária e versam sobre o pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais, dentre outras). Do montante provisionado em 31 de dezembro de 2011, R\$ 745 refere-se a processos por responsabilidade solidária.

19.2 Processos judiciais (ativos/passivos)

- Ativos

PIS - Leis nºs 2445 e 2449/88

A Companhia obteve decisão judicial quanto aos créditos provenientes da ação ajuizada visando a declaração do direito da Companhia de não recolher o PIS com base nos Decretos-Leis nºs 2445 e 2449/88, já declarados inconstitucionais, bem como de ter restituído os valores que foram pagos a maior a título da citada contribuição.

Em vista a procedência da ação, foi requerida a Execução da mesma, tendo sido apresentada planilha com a discriminação dos valores a serem restituídos. A União Federal opôs Embargos à Execução e, ao julgá-los, o juiz homologou o laudo pericial, fixando o montante de R\$ 2.444 mil relativo à Companhia. De acordo com as práticas contábeis, a Companhia não efetuou registro deste ativo para 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

A União Federal interpôs recurso de apelação e os autos encontram-se no Tribunal Regional Federal da 1ª Região para julgamento. Outrossim, de forma arbitrária ajuizou execuções fiscais contra a Companhia e suas controladas, as quais foram embargadas/contestadas pela Ferbasa.

Empréstimo compulsório Eletrobrás

A Companhia e suas controladas Damacal e Mineração Jacurici possuem ação declaratória nº 2003.33.00.029795-5 através da qual solicitam a restituição, com a devida correção monetária, de créditos oriundos do Empréstimo Compulsório instituído em favor da Eletrobrás no período de 01/1977 a 02/1994.

A ação foi julgada procedente pelo Juiz da 10ª Vara Federal, reconhecendo que deve ser aplicada a correção monetária plena (ORTN, OTN, BTN, IPC, INPC, UFIR e Taxa SELIC), nos valores arrecadados a título de Empréstimo Compulsório instituído em favor da Eletrobrás, abarcando os valores já convertidos em ações, bem como os que iriam ser convertidos por intermédio da 3ª conversão.

O Juiz Singular não reconheceu a aplicação dos juros de mora de 1% a partir do trânsito em julgado da presente ação conforme preceitua o art. 167 do CTN, e ainda reconheceu que uma parte do crédito em tela encontra-se prescrito. Sendo assim, em 05/08/2004, os autores interpuseram recurso de apelação com relação a tais itens.

Em 14/12/2007 foi publicado o Acórdão reconhecendo em parte a aplicação da correção monetária pleiteada na exordial, pois afastou a incidência da Taxa SELIC. Reconheceu também que os valores recolhidos antes de 25/11/1977 estão prescritos.

Sendo assim, foram interpostos Recursos Especiais pela Ferbasa e pela União Federal.

A Eletrobrás interpôs Embargos Infringentes ao Acórdão proferido pelo TRF da 1ª Região, os quais foram julgados improvidos. Assim, a Eletrobrás, em 23/06/2010, também interpôs Recurso Especial e Extraordinário, o qual foi inadmitido e interposto agravo de instrumento contra este despacho.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região determinou que o processo retornasse ao relator da apelação para exercício do juízo de retratação, para que seja adequado ao entendimento consolidado no Supremo Tribunal de Justiça.

Os valores serão apurados de forma segura quando da possível liquidação dos créditos.

- Contingências passivas

Notificações fiscais de lançamento de débito - CFEM

A Companhia, como arrendatária ou titular de direitos minerários, foi notificada em junho de 2007 pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM para quitar suposto débito por recolhimento inadequado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM (notificações fiscais de lançamento de débito nºs 19 a 23/2007), relativo aos processos DNPM nºs 971.134/2006, 971.135/2006, 971.136/2006, 971.137/2006 e 971.138/2006.

A Companhia apresentou suas defesas administrativas requerendo a nulidade das notificações e o arquivamento dos respectivos processos de cobrança, o que não foi acatado pelo Superintendente do DNPM/BA, em dezembro de 2010, o qual sugeriu pela manutenção integral das NFLD's.

Os valores atualizados das notificações montam em R\$ 67.857 em 31 de dezembro de 2011 (2010, R\$ 50.933).

As notificações não contemplam deduções de depósitos judiciais e de determinados recolhimentos efetuados pela Companhia ao longo dos anos citados.

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, considerando parte prescricional do período notificado, a Companhia tem prognóstico de êxito parcial na esfera judicial e efetuou provisão para cobrir eventuais perdas no montante de R\$ 5.732 (2010, R\$ 6.424), valores que ainda serão debatidos na via judicial.

Não obtendo êxito na esfera administrativa, a demanda será questionada na esfera judicial, momento em que a Companhia poderá ser solicitada a depositar judicialmente os valores envolvidos.

- Crédito prêmio do IPI

A Companhia propôs ação judicial nº 00.0060209/4 contra a União em 1987, a qual tramitou na 5ª Vara de Justiça Federal da Bahia, cujo objeto referiu-se ao Crédito Prêmio do IPI, nos termos do Decreto Lei nº 491/69 e Decreto nº 64.833/69, relativo aos incentivos decorrentes das exportações realizadas no período de 01/01/1982 a 30/04/1985.

A referida ação judicial obteve decisão favorável, transitada em julgado em 6/10/1995, cuja determinação garantiu à Companhia o direito à compensação dos créditos existentes e condenou a União ao pagamento da verba honorária de sucumbência.

Diante da decisão transitada em julgado, a Companhia requereu a homologação dos créditos através do Processo Administrativo nº 13501.000019/2002-27, os quais foram compensados com débitos de diversos tributos federais.

A Delegacia da Receita Federal de Camaçari emitiu em 11/01/2006 a intimação nº 0032/2006 exigindo que a Companhia comprovasse a desistência da execução do título judicial perante o Poder Judiciário e a assunção de todas as custas do processo de execução, inclusive os

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

honorários advocatícios, sob pena de não homologar as compensações requeridas. Em 10/02/2006, a Companhia contestou as exigências da intimação nº 0032/2006.

Por meio do Despacho Decisório DRF/CCI/SAORT nº 24/2007 a Delegacia da Receita Federal de Camaçari decidiu pela não homologação dos créditos compensados, exigindo a cobrança dos tributos na ordem de R\$ 65.908.

Por este motivo, a Companhia interpôs recurso voluntário nº 155.658 perante o Conselho de Contribuintes, o qual teve o provimento negado. A Companhia interpôs recurso especial protocolado em 09/12/2010, o qual se encontra em fase de julgamento, sendo a perspectiva de êxito remota na esfera administrativa.

Não obtendo êxito na esfera administrativa, a demanda será questionada na esfera judicial, quando a probabilidade de êxito, na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, é provável, pois o direito à compensação dos créditos é líquido e certo, conforme determinação judicial já transitada em julgado.

O valor do suposto débito atualizado corresponde a R\$ 80.527 (2010, R\$ 72.143), para o qual não foi constituída provisão, tendo em vista o prognóstico de êxito já mencionado.

20. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ACIONISTAS E PARTES RELACIONADAS

	TRANSAÇÕES			SALDOS				
	Custos com arrendamento	Receita de vendas	Despesas gerais e administrativas	Ativo circulante		Passivo circulante		
				Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Fornecedores	Dividendos propostos	Juros sobre o capital próprio
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(g)
<u>Acionistas</u>								
Fundação José Carvalho								10.574
<u>Controladas</u>								
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A.								
Silbasa		840			86			
Mineração Vale do Jacurici S.A.		360			625			
Reflora e outros		96				21		
<u>Parte relacionada</u>								
Marubeni Corporation		69.833		6.992				
Total em 31 de dezembro de 2011	1.296	69.833	-	6.992	711	21	-	10.574
Total em 31 de dezembro de 2010	1.296	56.722	535	4.027	604	21	2.187	10.676

- (a) Trata-se de arrendamento das operações das empresas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.
- (b) Receita por venda de ligas (FeSi75%) a vinculada no exterior.
- (c) Como incentivo a projetos sociais, a Companhia firmou Convênio de Cooperação Educacional com a Fundação José Carvalho, cujo objetivo é o de custear as despesas incorridas no processo educativo da Escola Maria Carvalho, Escola Denise Carvalho e Escola Márcio Seno. Este convênio teve como vigência 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010, o valor máximo estabelecido de contribuição foi de R\$ 1.980.

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

- (d) Contas a receber por venda de ligas (FeSi75%) a vinculada no exterior e contas a receber de controlada, sob o qual não há incidência de encargos financeiros.
- (e) Dividendos a receber sobre o resultado apurado no exercício de 2011 das controladas Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. – Silbasa e Mineração Vale do Jacurici S.A.
- (f) Contas a pagar ao projeto Florestal Pontes I.
- (g) Juros sobre o capital próprio proposto pela diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de novembro de 2011 e dividendos complementares ao encerramento do exercício, ainda não aprovados pelo Conselho de Administração no valor de R\$ 602 (2010, R\$ 1.601), os quais estão registrados como dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido.

Garantias e avais

A Companhia não possui garantias concedidas ou recebidas a/de partes relacionadas.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 772.971 (2010, R\$ 706.132) e está representado por 88.320 mil ações nominativas sem valor nominal, sendo 29.440 mil ações ordinárias, das quais 40 mil estão em tesouraria, e 58.880 mil ações preferenciais, assim distribuído:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Acionistas				
Fundação José Carvalho	29.078.696	15.378.200	29.078.696	15.160.000
Fundo Fator Sinergia III e IV FIA	100	4.135.000	100	7.371.400
Norges Bank	-	4.410.000	-	3.532.900
VBI Exclusivo Ações Fundo Inv.	-	6.307.100	-	2.650.000
Ações em tesouraria	40.000	-	40.000	-
Outros (<i>free float</i>)	321.204	28.649.700	321.204	30.165.700
Total	<u>29.440.000</u>	<u>58.880.000</u>	<u>29.440.000</u>	<u>58.880.000</u>

A Companhia pode, por deliberação em Assembleia Geral, promover o aumento das diversas espécies e classes existentes, sem guardar proporção com as demais ou criar uma nova classe de ações preferenciais, observando o limite de 2/3 do total das ações emitidas para as ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrições quanto a tal direito.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011 aprovou o aumento do capital, sem modificação do número de ações, no montante de R\$ 66.839, totalmente proveniente da reserva de lucros para investimentos.

As reservas de capital oriundas de isenção/redução do imposto de renda e reserva de reinvestimento nos montantes de R\$ 9.181 e R\$ 614, respectivamente, foram capitalizadas em 2009.

21.2 Ações em Tesouraria

O objetivo da aquisição dessas ações refere-se ao reembolso dos acionistas dissidentes e estão representadas por 40 mil ações ordinárias. O custo médio de aquisição foi de R\$ 0,06 por ação. O volume de ações em tesouraria e respectivos valores de mercado, considerando o preço de fechamento de cotação em Bolsa de Valores de São Paulo encontra-se apresentado a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Quantidade de ações em tesouraria	40.000	40.000
Cotação por ação na BM&F Bovespa - R\$	10,50	13,00

21.3 Direito das ações

As ações ordinárias só poderão pertencer a brasileiros ou pessoas jurídicas com a totalidade do capital social pertencente a brasileiros.

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm garantia estatutária de pagamento de dividendos 10% superiores àqueles pagos aos possuidores de ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital.

21.4 Reservas

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia.

b) Reserva de lucros (Incentivo fiscal - imposto de renda)

A reserva de lucros relativa ao imposto de renda refere-se à parcela do incentivo fiscal do imposto de renda (lucro da exploração). Esta reserva é constituída transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou a despesa com imposto de renda do exercício e não poderá ser distribuída aos acionistas, na forma de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Esta reserva contempla também valor de realização da subvenção (reinvestimento do imposto de renda).

c) Reserva para realização de investimento

Os lucros, após a apropriação da reserva legal, reserva de lucros (incentivo fiscal) e atribuição dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, são transferidos para a conta de reserva para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital da Companhia.

O orçamento de capital da Companhia, com a justificativa de retenção de lucros para a reserva para investimentos propostos para o exercício de 2011, incluindo as fontes de recursos e aplicações de capital, será submetido pelos Órgãos da Administração à Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre o balanço do exercício. O saldo referente à apropriação da reserva para investimentos do exercício de 2010 foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2011.

21.5 Ajuste de avaliação patrimonial (ICPC 10)

A Companhia e suas controladas optaram pela adoção do custo atribuído (“*deemed cost*”) aos ativos imobilizados alocados na classe de terras florestais, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 pelos seus valores justos, visto que o custo histórico registrado para esses ativos anteriormente diverge do valor justo de realização destes ativos.

A definição dos custos atribuídos às terras da Companhia foi apurada com base em avaliação patrimonial efetuada por um profissional terceirizado especializado no assunto, sendo os laudos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

A contrapartida do saldo foi o registrado no patrimônio líquido, no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial”, líquidos dos impostos incidentes de R\$ 38.815, controladora. A Companhia registrou também o efeito reflexo do ajuste do custo atribuído às terras das controladas em 1º de janeiro de 2009, em contrapartida do investimento, efeito esse eliminado na consolidação.

O imposto de renda e a contribuição social sobre reavaliações de ativos remanescentes no balanço da Companhia em atendimento a prática contábil vigente foi registrado deduzindo-se do saldo da reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido, assim como adicionada a provisão diferida dos impostos no passivo. A realização dos impostos será efetuada mediante a realização dos ativos, por venda destes ativos.

21.6 Dividendo adicional proposto

Constituída com base na proposta da Administração de distribuição de dividendos da parcela excedente ao dividendo mínimo obrigatório, a ser realizada mediante a aprovação em Assembleia Geral Ordinária quanto à sua distribuição.

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

21.7 Dividendos propostos e juros sobre capital próprio

Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que é distribuída aos acionistas a título de remuneração do capital investido em cada exercício social. Todos os acionistas têm direito a receber dividendos, proporcionais a sua participação acionária, conforme assegurado pela legislação societária brasileira e pelo estatuto social da Companhia.

A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual, ajustado da seguinte forma:

	<u>2011</u>
(=) Lucro líquido do exercício	90.619
(-) Constituição de reserva legal (5% lucro líquido)	(4.531)
(-) Reserva de incentivo fiscal (SUDENE e reinvestimento)	(9.432)
(=) Lucro base ajustado para distribuição de dividendos	<u>76.656</u>
<u>Juros sobre o capital próprio do exercício de 2011 (calculados em novembro/2011)</u>	
R\$ 0,23111 por lote de mil ações ordinárias	6.794
R\$ 0,25422 por lote de mil ações preferenciais	14.968
Total	<u>21.763</u>
<u>Proposta de dividendos complementares do exercício de 2011 para aprovação na AGO</u>	
R\$ 0,013094 por lote de ação ordinária	385
R\$ 0,014404 por lote de ação preferencial	848
Total	<u>1.233</u>
Total de dividendos distribuídos/propostos do resultado do exercício	<u>22.996</u>
Percentual sobre o lucro líquido ajustado (*)	<u>30,00%</u>

(*) A Companhia adota como política compensar o IRRF do JSCP, para que os acionistas não enquadrados na condição de imunes/isentos tenham garantido ao mínimo 25% de dividendos líquidos.

Durante o exercício de 2010, a Administração da Companhia propôs a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos complementares ao mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2010</u>
(=) Lucro líquido do exercício	133.729
(-) Constituição de reserva legal (5% lucro líquido)	(6.686)
(-) Reserva de incentivo fiscal (SUDENE e reinvestimento)	<u>(21.148)</u>
(=) Lucro base ajustado para distribuição de dividendos	<u>105.895</u>
<u>Juros sobre o capital próprio do exercício de 2010 (calculados outubro/2010)</u>	
R\$ 0,2333 por lote de mil ações ordinárias	6.859
R\$ 0,25665 por lote de mil ações preferenciais	<u>15.112</u>
Total	21.971
<u>Dividendos mínimo obrigatório (em complemento ao JSCP)</u>	
R\$ 0,04780889 por lote de mil ações ordinárias	1.406
R\$ 0,05258978 por lote de mil ações preferenciais	<u>3.096</u>
Total	4.502
<u>Proposta de dividendos complementares do exercício de 2010 para aprovação na AGO</u>	
R\$ 0,03499824 por lote de mil ações ordinárias	1.029
R\$ 0,03849806 por lote de mil ações preferenciais	<u>2.267</u>
Total	3.296
Total de dividendos distribuídos/propostos do resultado do exercício	<u>29.769</u>
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	<u>28,11%</u>

O lucro remanescente do exercício não distribuído sob a forma de dividendos é destinado à constituição de reservas para investimento, conforme proposta de destinação do resultado, a ser apresentada em Assembleia Geral Ordinária.

A Administração, conforme deliberação tomada em reunião realizada em 23/11/2011, aprovou a distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio em conformidade com a Lei nº 9.249/95, que serão imputados ao valor dos dividendos propostos, relativos ao exercício de 2011, para todos os efeitos legais, cujo pagamento se iniciará em 16 de março de 2012.

Os juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 21.763 (2010, R\$ 21.971) foram contabilizados como despesa financeira no exercício para fins fiscais. Em atendimento à deliberação CVM nº 207/96, foram revertidos dos resultados nos respectivos exercícios, não produzindo desta forma, efeito nos lucros líquidos destes.

Os juros sobre capital próprio sofreram incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF à alíquota de 15%.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011 aprovou a distribuição aos acionistas de R\$ 3.296 dos dividendos propostos e registrados em 31 de dezembro de 2010. O início do pagamento dos mesmos ocorreu em 16 de maio de 2011.

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

21.8 Resultado por ação

Conforme definido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, o cálculo básico/diluído de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

22. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<u>Receita bruta de vendas</u>				
Mercado interno	608.755	657.376	608.755	657.376
Mercado externo	<u>182.156</u>	<u>170.836</u>	<u>182.156</u>	<u>170.836</u>
	790.911	828.212	790.911	828.212
<u>Deduções de vendas</u>				
Devoluções e abatimentos	(5.829)	(6.079)	(5.829)	(6.079)
Impostos sobre vendas	(149.000)	(159.506)	(149.120)	(159.626)
ICMS DESENVOLVE	<u>6.372</u>	<u>10.551</u>	<u>6.372</u>	<u>10.551</u>
	(148.457)	(155.034)	(148.577)	(155.154)
<u>Receita líquida de vendas</u>	<u><u>642.454</u></u>	<u><u>673.178</u></u>	<u><u>642.334</u></u>	<u><u>673.058</u></u>

Em função do volume vendido e preços praticados no mercado interno durante o exercício de 2011, a Companhia auferiu benefício do ICMS DESENVOLVE no montante de R\$ 6.372, (2010, R\$ 10.551), o que impactou positivamente as deduções de vendas, tendo em vista que o registro desta subvenção ocorreu diretamente na rubrica de ICMS sobre vendas. Ver nota explicativa nº 2.

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

23. DESPESAS POR NATUREZA

Abaixo demonstramos a abertura por natureza das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Custos variáveis e gastos indiretos de produtos	(320.556)	(225.573)	(319.547)	(225.573)
Despesas com prestação de serviços	(33.188)	(31.653)	(33.364)	(31.653)
Despesas com pessoal (1)	(152.293)	(199.154)	(152.293)	(199.154)
Despesas com aluguel de equipamentos	(3.378)	(3.376)	(3.378)	(3.376)
Despesas com manutenção e reparos	(38.140)	(37.229)	(38.140)	(37.229)
Despesas operacionais com depreciação	(41.632)	(35.552)	(41.871)	(35.552)
Provisões para passivos eventuais	(903)	(9.586)	(903)	(9.586)
Convênio educacional	-	(535)	-	(535)
Despesas imobilizado baixado	(7)	(130)	(7)	(130)
Combustíveis e lubrificantes	(9.933)	(11.698)	(9.933)	(11.698)
Receita de venda de imobilizado	216		216	
Receita crédito tributário	5.658		5.658	
Outras despesas	-	(12.195)	(85)	(10.936)
Total das despesas/receitas operacionais e custos dos produtos vendidos	<u>(594.156)</u>	<u>(566.681)</u>	<u>(593.647)</u>	<u>(565.422)</u>

(1) Inclui despesas com pessoal, honorários da administração e participação nos lucros dos funcionários e administradores.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Custos dos produtos vendidos	(521.783)	(498.671)	(520.724)	(497.586)
Despesas com vendas	(11.813)	(10.021)	(11.813)	(10.021)
Despesas gerais e administrativas	(30.149)	(24.336)	(30.485)	(24.623)
Honorários dos administradores	(11.841)	(9.843)	(11.864)	(9.885)
Participação nos lucros (empregados)	(8.074)	(11.292)	(8.074)	(11.292)
Outras líquidas	(10.496)	(12.518)	(10.687)	(12.015)
Total	<u>(594.156)</u>	<u>(566.681)</u>	<u>(593.647)</u>	<u>(565.422)</u>

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

24. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora (BR GAAP)</u>		<u>Consolidado (BR GAAP e IFRS)</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos de aplicação financeira	42.067	37.695	46.613	41.079
Variação cambial	(2.854)	321	(2.854)	321
Outras receitas	4.008	617	4.114	733
Subtotal	43.221	38.633	47.873	42.133
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros sobre adiantamento de contrato de câmbio	(254)	(663)	(254)	(663)
Juros pagos ou incorridos	(253)	(4.512)	(260)	(4.512)
Atualização provisão para fechamento das minas (a)	(567)	(1.135)	(567)	(1.135)
Outras	(45)	19	(82)	15
Subtotal	(1.119)	(6.291)	(1.163)	(6.295)
Total	42.102	32.342	46.710	35.838

Ver nota explicativa nº 18.

25. SEGMENTOS OPERACIONAISCritério de identificação de segmentos operacionais

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração (representada pelo Diretor Presidente) gerencia o negócio e com base nos critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS 08 – Informação por segmento). Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados abaixo:

- Segmento de ligas de cromo: envolve as operações de ferro ligas de cromo alto e baixo carbono para abastecimento do mercado siderúrgico nacional e internacional;
- Segmento de silício: envolve as operações de ferro ligas de silício 75% especial que abastece substancialmente o mercado externo e o silício 75% *standard* e especial que abastece o mercado nacional de siderurgia.

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

Informações consolidadas dos segmentos operacionais:

	Consolidado (BR GAAP e IFRS 2011)			Total
	<u>Ligas de cromo</u>	<u>Ligas de silício</u>	<u>Outros segmentos / corporativo</u>	
<u>Vendas líquidas</u>				
Mercado interno	318.327	104.756	38.546	461.629
Mercado externo	36.544	143.865	296	180.705
Total	354.871	248.621	38.842	642.334
Variação do valor justo dos ativos biológicos	2.192	11.448	-	13.640
Custo dos produtos vendidos	(285.773)	(200.212)	(34.739)	(520.724)
Lucro bruto	71.290	59.857	4.103	135.250
Despesas operacionais	(42.152)	(29.532)	(1.239)	(72.923)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	29.138	30.325	2.864	62.327
 <u>Vendas de produtos (tonelada)</u>				
Mercado interno	99.105	30.567	450	130.122
Mercado externo	10.262	35.280	-	45.542
Total	109.367	65.847	450	175.664

	Consolidado (BR GAAP e IFRS 2010)			Total
	<u>Ligas de cromo</u>	<u>Ligas de silício</u>	<u>Outros segmentos / corporativo</u>	
<u>Vendas líquidas</u>				
Mercado interno	364.001	97.150	45.044	506.195
Mercado externo	24.686	141.851	326	166.863
Total	388.687	239.001	45.370	673.058
Variação do valor justo dos ativos biológicos	1.900	15.363	1.057	18.320
Custo dos produtos vendidos	(280.486)	(181.434)	(34.609)	(497.586)
Lucro bruto	110.101	72.930	11.818	193.792
Despesas operacionais	(39.203)	(23.950)	(4.683)	(67.836)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial	70.898	48.980	7.135	125.956
 <u>Vendas de produtos (ton)</u>				
Mercado interno	130.262	37.671	207	168.140
Mercado externo	9.410	52.476	-	61.886
Total	139.672	90.147	207	230.026

O saldo na coluna outros segmentos/corporativo envolve substancialmente receitas e despesas da mineração e despesas da unidade corporativa não rateadas aos demais segmentos.

As informações acerca do resultado financeiro, do imposto de renda e contribuição social, do total do ativo e do passivo, não foram divulgadas nas informações por segmento, em razão da não utilização da administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

26. PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS

O estatuto social da Companhia estabelece que o resultado do exercício, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e as provisões do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, serão deduzidos:

- Até 10% para distribuição aos empregados, a critério da Diretoria Executiva e obedecidas as normas estabelecidas pela Companhia sobre o assunto, e,
- Até 10% do saldo resultante para gratificação aos administradores.

A Companhia possui Acordo de Participação nos Lucros/Resultados assinado com uma comissão, eleita pelos funcionários, e integrada, também, por um representante indicado pelo sindicato da respectiva categoria, que estabelece critérios e metas de desempenhos individuais e coletivas, as quais são utilizadas para fins de mensuração dos valores a serem pagos aos funcionários.

No exercício de 2011, a Companhia provisionou participações a administradores e empregados no montante de R\$ 12.751 (2010, R\$ 15.431), sendo R\$ 8.074 (2010, R\$ 11.292) relativos aos empregados. Parcela dos administradores ver nota explicativa nº 28.

27. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

A Companhia implantou plano de previdência complementar, atendendo a uma antiga reivindicação dos funcionários e que integra o programa de responsabilidade social empresarial, prevista no art. 29 do Estatuto Social.

Este plano de previdência complementar foi instituído a partir de contrato firmado com a BRASILPREV Seguros e Previdência S/A, relativo ao plano de contribuição definida, o qual está dividido em três categorias:

- Os participantes do grupo 1 responderão por 50% (cinquenta por cento) do valor relativo à contribuição mensal total, limitada a 8% (oito por cento) do valor do seu salário. A Companhia responderá por 50% (cinquenta por cento) do valor da contribuição mensal total, relativo a cada participante, e a parcela que exceder os 8% (oito por cento) do salário do participante do grupo 1. Estão classificados neste grupo os funcionários que possuíam, até 31 de dezembro de 2006, idade inferior a 55 anos.
- As contribuições relativas aos benefícios contratados para os participantes do grupo 2, serão integralmente custeadas pela Companhia, que efetuará uma única contribuição na forma de aporte até o dia 31 de janeiro de 2009. Estão classificados neste grupo os funcionários que possuíam, em 31 de dezembro de 2006, idade igual ou superior a 55 anos.
- As contribuições relativas aos benefícios contratados para os participantes do grupo 3, serão integralmente custeadas pela Companhia, que efetuará contribuições mensais ao plano. Estão classificados neste grupo os funcionários que tenham idade igual ou superior a 55 anos e que optaram pelo plano após 31 de dezembro de 2006.

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

Em 23 de dezembro de 2008, a Companhia procedeu com o aporte único à contribuição referente aos participantes do Grupo 2 no montante de R\$ 15.136, realizando a provisão já existente até aquela data, a qual montava R\$ 6.564. O desembolso com as contribuições, em 31 de dezembro de 2011, dos Grupos 1 e 3 correspondem a R\$ 2.663 (2010, R\$ 2.872).

Este plano de benefício vem atender a necessidade de adequar a Companhia às melhores práticas de administração de pessoal e foi registrado de acordo com os procedimentos previstos na Deliberação CVM nº 371/2000.

28. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

	<u>Controladora (BR GAAP)</u>		<u>Consolidado (BR GAAP e IFRS)</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários	4.777	4.182	4.798	4.219
Encargos sociais	1.651	1.439	1.653	1.443
Benefícios (a)	736	83	736	84
Participação nos lucros (b)	4.677	4.139	4.677	4.139
Total	<u>11.841</u>	<u>9.843</u>	<u>11.864</u>	<u>9.885</u>

(a) Inclui: previdência privada, seguro executivo e assistência médica/odontológica.

(b) Ver nota explicativa nº 26.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

29. COMPROMISSOS

Obrigações por arrendamentos operacionais

A Companhia é arrendatária em contratos de arrendamentos junto às controladas Re flora, Silbasa, Damacal e Jacurici, conforme mencionado na nota explicativa nº 11. Nos contratos não há índices de correção. Anualmente ocorrem aditamentos, nos quais são estipulados os valores dos arrendamentos, os quais são vigentes até o próximo aditamento contratual.

O montante de arrendamentos vigentes para o período de abril de 2011 a abril de 2012 totaliza R\$ 108 por mês.

A despesa com arrendamento no exercício totalizou R\$ 1.296 (2010, R\$ 1.296).

A Companhia e suas controladas não possuem na data das demonstrações financeiras compromissos futuros relevantes firmados que não foram divulgados nas demonstrações financeiras.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido, que inclui capital, reservas, reserva de lucros, conforme apresentado na nota explicativa nº 21.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras.

Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e também, dessa nota explicativa.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A diretoria financeira da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios internos sobre os riscos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros de valor justo e de preço) e crédito.

A Companhia procura minimizar os efeitos desses riscos por meio de instrumentos financeiros para proteção dessas exposições. O uso de instrumentos financeiros é orientado pelas políticas da Companhia, aprovadas pela Administração, que fornece os princípios relacionados aos riscos de moeda estrangeira, taxa de juros e créditos, ao uso de instrumentos financeiros não derivativos e ao investimento da liquidez excedente. A Companhia não está operando nem negociando instrumentos financeiros derivativos, inclusive instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

A diretoria financeira apresenta relatórios mensais ao Conselho de Administração que monitora os riscos e as políticas implementadas para mitigar a exposição aos riscos.

Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fornecedores, dividendos a pagar, depósitos judiciais e adiantamentos de contratos de câmbio e exportação.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora rigorosamente as contas a receber de clientes e não apresenta histórico de perdas.

Contas bancárias e aplicações financeiras que potencialmente sujeitam a Companhia a risco de crédito consistem, primariamente, em caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras, de acordo com as estratégias previamente aprovadas pela Administração.

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

Risco de concentração do contas a receber

A Companhia possui concentração de faturamento nos clientes Aperam Inox e Marubeny Corporation, que representam cerca de 43% (2010, 46%) e 38% (2010, 34%) dos faturamentos efetuados para o mercado interno e externo respectivamente. Qualquer problema de liquidez destes clientes ou redução na demanda de ferro ligas FeCrAC e FeSi75% causará impactos nas decisões de investimentos da Companhia.

Gerenciamento do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela abaixo indica as linhas de crédito não utilizadas que a Companhia tem à disposição para reduzir futuramente o risco de liquidez:

	31/12/2011	31/12/2010
Valores que incluem adiantamento de contrato de câmbio, conta garantida e fianças	310.933	295.000

Risco de taxa de câmbio

A Companhia efetua algumas transações em moeda estrangeira (contas a receber de clientes, adiantamentos de contratos de câmbio e de câmbio para exportação); consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, as transações comerciais de venda da Companhia para o mercado externo representam 23,03% (2010, 20,63%), controladora e consolidado, do total das vendas no exercício e suas vendas para o mercado interno são efetuadas com base no preço das *commodities* de ligas de cromo e ferro silício. Os valores dessas transações são baseados nas cotações do dólar, os quais podem gerar ganhos ou perdas durante o exercício.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia possui ativos (contas a receber) atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2011 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa de câmbio de 2012, o cenário II (possível) considera uma valorização do real em 25% frente ao dólar e o cenário III (remoto) uma valorização de 50% do real sobre a moeda estrangeira.

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2011		Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	US\$	R\$	Taxa	R\$ ganho/ (perda)	Taxa	R\$ ganho/ (perda)	Taxa	R\$ ganho/ (perda)
Contas a receber	6.982	13.097	1,9	169	1,43	(3.113)	0,95	(6.464)
ACC	(7.413)	(13.906)	1,9	(179)	1,43	3.305	0,95	6.864

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes, conforme demonstrado nas notas explicativas nºs 4 e 5, cuja rentabilidade é avaliada em relação ao CDI.

Análise de Sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade, e utilizando o saldo aplicado em 31/12/2011, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2012. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

	Taxa fechamento 31/12/2011 (a.a.)	Cenário I Provável	Cenário II redução 25%	Cenário III redução 50%
Riscos de taxas de juros				
Taxa básica de juros – SELIC	11,00%	9,72%	7,29%	4,86%
Saldo aplicações financeiras (consolidado)	342.935	376.268	367.934	359.602
Efeito líquido no resultado	-	33.333	(8.334)	(16.666)

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Para determinar o valor estimado de mercado dos instrumentos financeiros, foram utilizadas as informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. As estimativas não indicam, necessariamente, que tais instrumentos possam ser operados no mercado diferentemente das taxas utilizadas. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado. A Companhia tem como prática não ficar exposta aos riscos de mercado, operando apenas instrumentos que lhe permitam o controle desses riscos.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2011 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado, em razão do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em datas próximas às dos balanços.

COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Em milhares de reais – R\$ (exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

		31/12/2011			
		Controladora		Consolidado	
	Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	193.717	193.717	235.410	235.410
Aplicações financeiras	Valor justo	110.091	110.091	110.091	110.091
Contas a receber	Custo amortizado	86.707	86.707	86.707	86.707
Depósitos judiciais	Custo amortizado	2.435	2.435	2.565	2.565
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	33.439	33.439	33.418	33.418
Dividendos/JSCP	Custo amortizado	21.763	21.763	21.763	21.763
Financiamento – ACC	Custo amortizado	13.906	13.906	13.906	13.906

		31/12/2010			
		Controladora		Consolidado	
	Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	228.895	228.895	266.789	266.789
Aplicações financeiras	Valor justo	116.785	116.785	116.785	116.785
Contas a receber	Custo amortizado	111.478	111.478	111.478	111.478
Depósitos judiciais	Custo amortizado	4.511	4.511	4.641	4.641
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	40.787	40.787	40.766	40.766
Dividendos/JSCP	Custo amortizado	26.158	26.158	26.221	26.221

31. COBERTURA DE SEGUROS

Face à natureza de sua atividade, à distribuição das florestas em diversas áreas distintas e às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos, é política da Companhia contratar cobertura de seguros apenas para os bens do ativo imobilizado sujeito a riscos. Não é prática da Companhia contratar seguros para a totalidade dos investimentos florestais.

A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguro contra incêndio de equipamentos, explosões, danos elétricos, veículos e responsabilidade civil no valor de R\$ 33.434 para 31 de dezembro de 2011, (2010, R\$ 12.002), conforme apólices de seguros.

32. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA DA COMPANHIA

		Controladora (BR GAAP) e consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		31/12/2011	31/12/2010
Aquisição de lenha por permuta de madeira		177	5.461

33. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de março de 2012, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.
